



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

## **SÍTIO HISTÓRICO KALUNGA (GO): RELEVO E SUA RELAÇÃO COM O USO E A OCUPAÇÃO DAS TERRAS**

Vinicius Gomes de Aguiar

Doutorando em Geografia – IESA/Universidade Federal de Goiás

aguiar.vinicius@gmail.com

### **Introdução**

O quilombo do Sítio Histórico Kalunga (SHK), assim como áreas de quilombos existentes no Brasil, é representante de uma das maiores expressões de luta – especialmente pela terra – organizada no país, que resiste ao sistema colonial-escravista, além de atuar sobre questões estruturais, nos diversos períodos histórico-culturais brasileiros, orientada e liderada por africanos escravizados e seus descendentes nascidos no Brasil.

Por desenvolver uma atividade produtiva predominantemente camponesa e de subsistência, para Carril (2006) os quilombos possuem um elo muito forte com o ambiente natural à medida em que passam da condição de escravos para camponeses. Na sociedade escravista a relação quilombola/meio ambiente consistia em um subsídio para sobrevivência, pois a vida produtiva nos quilombos equivalia a arar e cultivar a terra para dela extrair os recursos necessários à vida, além de também construir sua moradia e nela reconstruir seu suporte cultural, numa perspectiva de auto-sobrevivência.

Neste contexto, este artigo objetiva-se em representar cartograficamente, através de dados obtidos em campo no ano de 2009, como ocorre o uso e ocupação das terras relacionando com o relevo dentro do sítio histórico nos três municípios goianos onde está inserido o SHK.

### **Localização das Comunidades no Sítio Histórico Kalunga**



A primeira parte do trabalho consiste na localização de todas as comunidades situadas dentro do Sítio Histórico Kalunga, que segundo dados espaciais fornecidos pela Superintendência de Geologia e Mineração do Estado de Goiás, conta com uma área superior aos 230.000 hectares está localizado na região Norte do Estado de Goiás, região centro-oeste do Brasil, e se insere nos municípios de Monte Alegre de Goiás, Teresina de Goiás e Cavalcante (Figura 1).

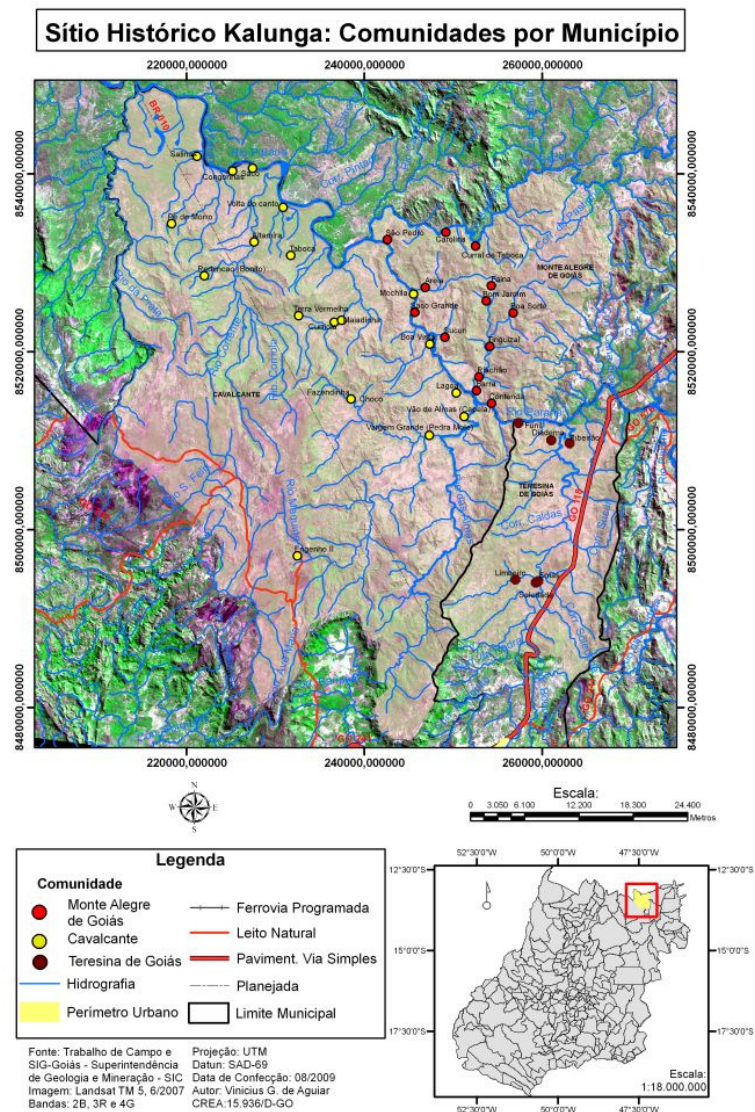


Figura 1. Localização das comunidades dentro do SHK.

A etapa de campo do estudo se deu inicialmente com base na pesquisa desenvolvida pela Baiocchi (1999), onde neste material bibliográfico existe um mapa



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

que fornece referências espaciais das comunidades visitadas pela autora. Sendo assim, através deste produto houve o planejamento das visitas as comunidades, porém em muitos casos os moradores locais apresentaram comunidades não registradas, além de comunidades com nomes diferentes, até porque em alguns locais existem duas ou mais denominações.

A partir das informações em campo visitamos as seguintes localidades dentro do SHK: em Monte Alegre de Goiás foram visitadas as comunidades de Carolina, São Pedro, Curral de Taboca, Areia, Faina, Bom Jardim, Saco Grande, Boa Sorte, Sucuri, Tinguizal, Riachão, Barra e Contenda; no município de Teresina de Goiás foram registradas 8 propriedades rurais (Fazenda Caiçara, Fazenda Jataroba, Fazenda Borrachudo, Fazenda Brejão, Fazenda Sucuri, Fazenda Caldas e Fazenda Sobrado) e 6 comunidades cujo os nomes são Funil, Diadema, Ribeirão, Emas, Soledade e Limoeiro; já em Cavalcante a expedição de campo observou a ocorrência de 1 propriedade rural (Fazenda Prata) e mais 18 comunidades Engenho II, Vargem Grande (Pedra Mole), Vão de Almas (Capela), Lagoa, Choco, Fazendinha, Boa Vista, Maiadinha, Curriola, Terra Vermelha, Mochila, Taboca, Redenção (Bonito), Altamira, Pé do Morro, Volta do Canto, Saco, Congonhas, e Salinas.

### **Procedimentos Metodológicos**

Para obter uma melhor interpretação do contexto ambiental ligado ao modelo de produção agropecuário insuficiente que há no SHK é importante considerar o ambiente natural relacionado com a sociedade, o que levaria ao termo socioambiental (Mendonça, 2001). Porém, por tratar-se de uma comunidade rural quilombola, tornou-se importante buscar o conceito de território para dar subsídio ao entendimento de como as relações de poder acontecem no SHK.

E é nesta abordagem que esta pesquisa atua, pois será debatido como as condições do relevo e do solo influenciaram no modelo de ocupação da terra existente no SHK.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

Para o desenvolvimento desta pesquisa, tornou essencial a utilização de técnicas de Geoprocessamento, como o uso de Imagens de Satélites (LANDSAT TM5 de 06/2007, com as bandas: 2B, 3R e 4G), receptores GPS (Garmin *Etrex legend H*) e um *software SIG* (ArcGis 9.3), com o intuito de espacialização através de cartas e mapas os fenômenos e processos observados em campo e em laboratório, e assim possibilitar uma melhor compreensão da dinâmica espacial do SHK.

## **Território**

Com base nas marcas históricas espaciais que podem ser observadas através do conceito de território geográfico, torna-se possível observar e compreender fenômenos e agentes atuantes no passado e no presente, sendo que ainda possibilita prever novos cenários.

Para proporcionar a compreensão das dinâmicas atuantes na superfície terrestre, realiza-se a interpretação dos fenômenos e das dinâmicas geográficas utilizando o conceito de território. Esta abordagem para Claval (1999) aparece como essencial, por proporcionar aos residentes de um determinado espaço, possibilidades de intercomunicação e fortes referências simbólicas como as várias manifestações culturais existentes no SHK, dentre elas estão: a dança Sussa; os artesanato que são confeccionados para ajudar na produção da farinha de mandioca (quibano, peneira e tipiti); e também os festejos ligados aos eventos religiosos que ocorrem no quilombo.

E estas práticas citadas no parágrafo anterior confirmam o que Haesbaert e Limonad (2007) afirmam sobre o território, que não é apenas uma simples materialidade do espaço construído, muito menos pelo conjunto de ações mediadas por esta materialidade. Para estes autores, o território é apropriação, num sentido simbólico de domínio, num enfoque político-econômico de um espaço construído, mas principalmente, socialmente partilhado.

Neste contexto, o conceito de território definido por Souza (1995) que tem como base as relações que envolvem poder, proporciona o entendimento de que o território é definido e delimitado a partir das relações de poder. Sendo assim, as características físicas, de produção e culturais são também fundamentais para a compreensão do



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

processo de formação do território, logo, saber quem e como domina ou exerce uma determinada influência sobre o espaço torna-se uma prerrogativa importante.

Ao entender que o exercício de influência ou dominação do território tem por essência às disputas de poder, Souza (1995) apresenta as contradições sociais, econômicas e ambientais existentes, ao invés de camuflá-las.

Os autores destacam também que a idéia de território deve partir do pressuposto de que inicialmente necessita-se diferenciá-lo de espaço; aquele é construído social e historicamente, com base nas relações de poder que envolvem, simultaneamente, sociedade e espaço geográfico; possui uma dimensão mais subjetiva chamada de consciência, apropriação ou identidade territorial, e também uma dimensão mais objetiva, conhecida como espaço concreto, desenvolvida através de ações político-econômicas.

## **Natureza e Sociedade**

De acordo com Casseti (1991) e Bernardes & Ferreira (2009) até o século XIX pensava-se na natureza como algo externa à natureza humana. Inclusive, as pessoas que pesquisavam o ambiente natural eram somente ligadas às ciências naturais, enquanto que as questões da sociedade eram objeto de estudo exclusivo das ciências sociais.

Em contrapartida a esta idéia, Marx desenvolve uma teoria unificada da natureza conhecida como Materialismo Histórico por considerar a história como unidade da natureza (apud Casseti 1991). Bernardes & Ferreira (2009) citam que Marx entendeu que o modo de produção é um processo de alteração da natureza, onde o trabalho humano transforma os artefatos naturais para satisfazer suas necessidades.

Atualmente, as ocupações, os usos e as transformações dos espaços em um determinado período histórico dão ao meio ambiente um caráter eminentemente dinâmico. Sendo assim, para compreender nível de alteração do espaço é necessário analisar, dentre outras coisas, os diferentes níveis tecnológicos aplicados aos diversos modos de produção vigentes.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

Tricart (1977), ao elaborar a classificação ecodinâmica dos meios ambientes, diz que “estudar a organização dos espaços é determinar como uma ação se insere na dinâmica natural, para corrigir certos aspectos desfavoráveis e para facilitar a exploração dos recursos ecológicos que o meio oferece” (pág. 35).

Pensando neste contexto, Mendonça (2001) ao citar Veyret (1999) traz que para os geógrafos o termo meio ambiente não pode tratar exclusivamente sobre natureza, muito menos sobre fauna e flora somente. Ambiente ou meio ambiente – este último sendo muito criticado, pois, se pensar sobre a égide da etimologia da palavra, trataria apenas de parte ou metade do ambiente – refere-se as relações de interdependência entre seres humanos, sociedades e os componentes físicos, químicos e bióticos do meio, além de integrar as questões econômicas, sociais e culturais.

Assim, Mendonça (2001) transcreve que considerar o ambiente natural sem levar em conta a relação sociedade-natureza torna-se uma abordagem limitada, com isso, o termo mais utilizado para estas abordagens tem sido o socioambiental, pois ao juntar as palavras ‘sócio’ e ‘ambiental’ destacaria a necessidade do “envolvimento da sociedade enquanto sujeito, elemento e parte fundamental dos processos relativos à problemática ambiental contemporânea” (pág. 117).

Para abordar a questão ambiental através da relação sociedade-natureza é necessário romper com qualquer postulado clássico da ciência moderna que propõe a escolha somente de um método para o desenvolvimento de um conhecimento científico, pois para a elaboração de estudos e trabalhos na temática ambiental é fundamental tanto a aplicação de métodos e procedimentos metodológicos já utilizados, quanto a formulação de novos (Mendonça, 2001).

E é nesta abordagem que esta pesquisa pretende atuar, pois será compreendido o processo de degradação ambiental no território Mesquita com base no conceito de Geomorfologia Ambiental que possui relação muito próxima com a corrente socioambiental. Para Cunha e Guerra (2000) ao realizar observações geográficas através do conceito de Geomorfologia Ambiental passa a ser necessário inserir no desenvolvimento da pesquisa análises referentes às relações político-econômicas devido sua importância na determinação dos resultados dos processos e das mudanças.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

Ross (2001), ao tratar da Geomorfologia Ambiental, enfatiza que os pressupostos da pesquisa ambiental tem como objeto de compreensão as sociedades humanas juntamente com seus modos de produção, consumo, características sócio-culturais além do modelo de apropriação e relação dos recursos naturais.

## **O Território e as Características Físicas do SHK**

Ao espacializar os pontos referente às comunidades que integram o SHK torna-se evidente a ligação entre a comunidade quilombola e o ambiente físico-natural, pois mesmo com algumas as diferenças de infra-estrutura, acessibilidade e também acesso a educação, no geral as sedes buscam as proximidades dos corpos hídricos.

Ao observar o SHK como um todo, tanto através de visitas em campo, quanto de informações obtidas em laboratório, é perceptível que se trata de uma área com variações altimétricas consideráveis (Figura 2).

Sendo assim, para buscar a confirmação desta percepção, foi organizado um mapa hipsométrico do sítio através de informações obtidas por imagens SRTM devido o fornecimento de informações de altitude. Com isso, foi observado que o SHK possui uma variação altimétrica bastante intensa, saindo de 400 até 1300m de elevação.

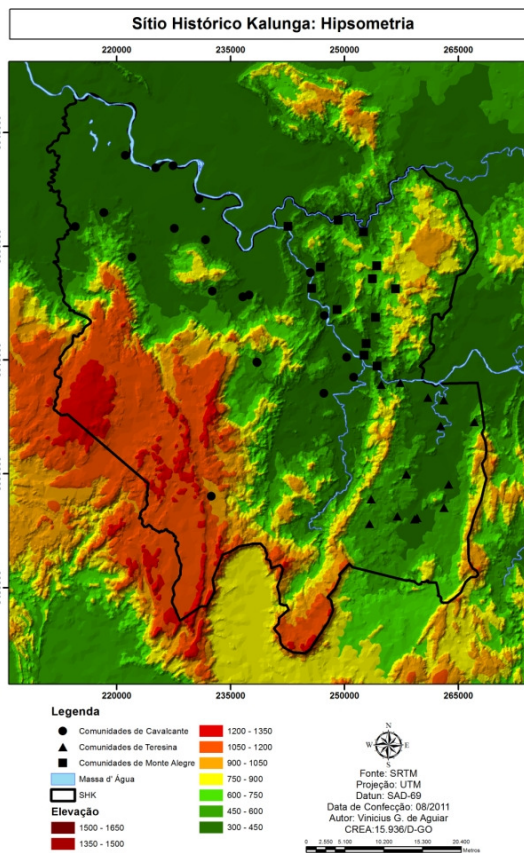


Figura 2. Mapa hipsométrico do SHK. Base de dados: imagens SRTM.

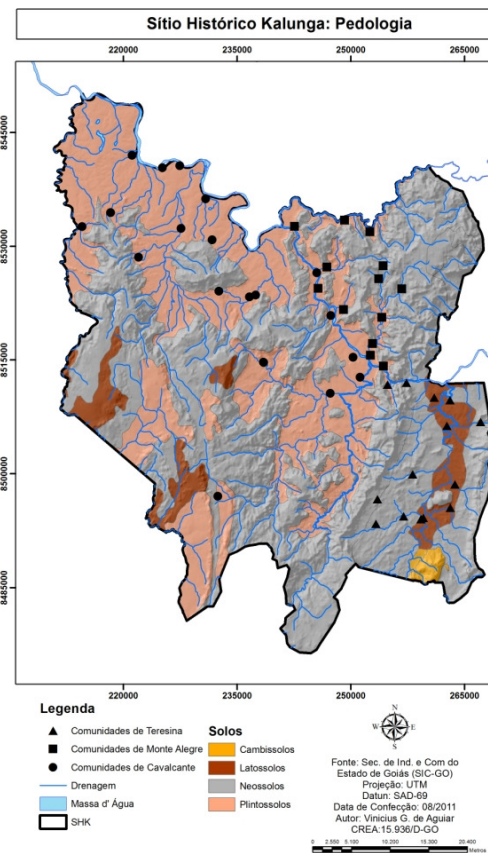


Figura 3. Mapa pedológico do SHK. Base de dados: Sec. de Ind. e Com. do Est. De Goiás (SIC-GO)

No que tange às características dos solos no SHK, foi percebido em campo a pouca presença de solos planos e profundos, como o caso dos Latossolos. Diferente disso, o tipo de solo mais evidente era os de baixa profundidade e com pequenos blocos de rocha intemperizada, associado aos relevos movimentados como é o caso dos Neossolos e Plintossolos.

Outra característica que impressionou a equipe de pesquisadores presente no local foram as condições do terreno, que era muito movimentada, dificultando assim o trajeto dentro do SHK, mesmo com veículos com tração nas quatro rodas (Figura 4).

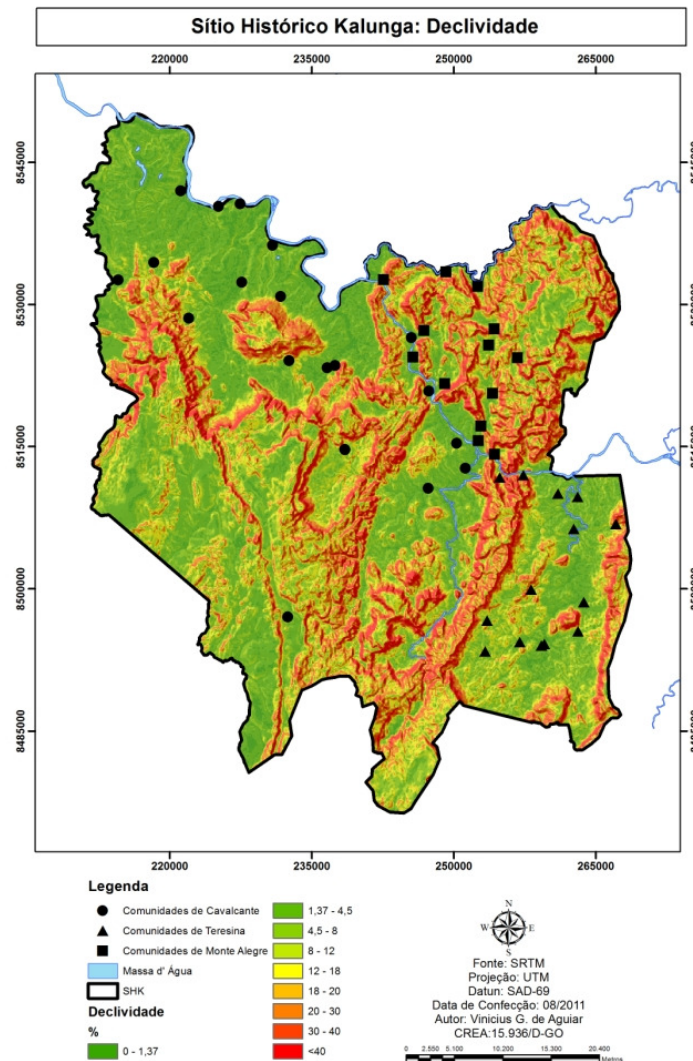


Figura 4. Mapa de Declividade do SHK. Base de dados: imagens SRTM.

Desta forma, a partir dos dados de altitude apresentado no mapa da figura 2 foi possível extrair informações de declividade que confirmaram as impressões tidas em campo, pois o SHK chegou a apresentar em uma significativa parcela de sua área um terreno com declividades superiores a 30%, conforme pode ser apresentado no mapa da figura 4. Segundo a resolução do Conama 303/2002 que trata das Áreas de Preservação Permanente (APP), informa que encostas com inclinação superior a 30% devem ser consideradas APP.

## Considerações Finais



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

Com base nas condições de altitude (hipsometria), solos (pedologia) e declividade, é possível perceber que mesmo sendo um território com grandes áreas de vegetação muito bem preservadas, e ainda estabelecendo relações quase que de simbiose com o ambiente natural, existe uma predominância de relevos elevados, com alto grau de inclinação, com poucos locais de solos que propiciam melhores condições de produção, e também o grande tamanho do SHK quase tornar difícil o acesso e a comunicação entre as comunidades do SHK.

Nas proximidades do SHK existem áreas planas e de solo que possibilitariam uma produção mais eficiente, mas, devido a falta de poder de disputa pela terra por parte da população Kalunga, essas áreas são ocupadas por outros agentes sociais dentro do território, dificultando a produção agropecuária mesmo a de subsistência, a mobilidade e acessibilidade dos quilombolas e o acesso a infra-estrutura de saneamento básico, além de dificultar o acesso aos equipamentos de saúde.

Sendo assim, a partir das informações presente nos parágrafos anteriores é possível evidenciar que o racismo é um potente fator de distribuição seletiva das pessoas no seu ambiente físico o que direta ou indiretamente influencia no uso do solo, os padrões de habitação e o desenvolvimento de infra-estrutura (Bullard, 2002). A partir do levantamento feito, torna-se evidente que o SHK vem sofrendo pelo racismo ambiental, ao evidenciarmos que este “fenômeno” ocorre onde há injustiças sociais e ambientais que incidem violentamente sobre grupos étnico-raciais mais vulneráveis.

### **Referências Bibliográficas**

BAIOCCHI, Mari de Nasaré. **Kalunga**: povo da Terra. Brasília: Ministério da Justiça. Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, 1999.

BERNARDES, J. A. e FERREIRA, F. P. de M. Sociedade e Natureza. In: CUNHA, S. B da e GUERRA, A. J. T. **A questão ambiental: diferentes abordagens** (org.). 5ª Ed. Bertrand Brasil. Rio de Janeiro, 2009.

Bullard, R.D. Environmental Justice: Strategies for building healthy and sustainable communities, paper presented at the II World Social Forum, Porto Alegre, feb. 2002, p.8.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

CARRIL, L. de F. B. Quilombo, território e Geografia. **Revista Agrária**. Nº 3. São Paulo, 2006.

CASSETI, Valter. Ambiente e apropriação do relevo, Ed. Contexto, São Paulo, 1991.

CLAVAL, P. O território na transição da pós-modernidade. **Revista GEOgraphia**. Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro, 2009.

CONAMA, Conselho Nacional do Meio Ambiente. Resolução nº 303 de 2002. Disponível em:< <http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=299>>.

CUNHA, S. B da e GUERRA, A. J. T. Degradação ambiental. In: GUERRA, A. J. T. e CUNHA, S. B da. **Geomorfologia e meio ambiente** (org.). 3ª Ed. Bertrand Brasil. Rio de Janeiro, 2000.

HAESBAERT, R. e LIMONAD, E. O território em tempos de globalização. **Geo Uerj**. Rio de Janeiro, 1999.

MENDONÇA, F. Geografia socioambiental. **Terra Livre**, ano 1, n.1. São Paulo, 2001.

ROSS, J. L. S. Geomorfologia Ambiental. in: CUNHA, S. B da e GUERRA, A. J. T. **Geomorfologia do Brasil** (org.). 2ª Ed. Bertrand Brasil. Rio de Janeiro, 2001.

SOUZA, M.L. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In:

**Geografia, conceitos e temas**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1995.

TRICART, J. **Ecodinâmica**. IBGE, Diretoria Técnica, SUPREN. Rio de Janeiro, 1977.